

Deputada move ação contra Dalla para ter documentos sobre nomeações no Senado

Brasília — A Deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) impetrou mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal contra o presidente do Senado, Moacyr Dalla, com o objetivo de garantir o seu direito, como cidadã, de receber os documentos que a ele requereu para fundamentar a ação popular que pretende mover contra as nomeações do chamado **Trem da Alegria**.

No final de seu expediente o Supremo Tribunal recebeu o mandado de segurança impetrado pela deputada de Pernambuco. Na segunda-feira os advogados Pedro Calmon e Jonas Candeias farão uma petição ao Juiz Federal da 2ª Vara, Ilmar do Nascimento Galvão, para que encaminhe ofício à mesa do Senado ordenando a liberação das fichas individuais dos 1 mil 534 empregados recém-nomeados sem concurso, além do espelho das folhas de pagamento dos meses de outubro, novembro, dezembro e janeiro últimos.

Parentescos

O advogado Pedro Calmon, 46 anos, 18 de profissão, pernambucano — “graças a Deus, da terra de Cristina Tavares” — esclareceu, em seu escritório, que o juiz já concedeu liminar ordenando à Mesa do Senado que envie à Justiça as fichas individuais e financeiras de todos os beneficiados, com as respectivas qualificações, e cópias autenticadas do Ato 87, lavrado por Moacyr Dalla, transformando 1 mil 534 celetistas em funcionários públicos.

Tendo nas mãos o **Diário do Congresso** de 20 de dezembro, que publicou o Ato nº 87 de 1984, Pedro Calmon apontava uma série de nomes. “Veja aqui: Ricardo Augusto de Resende Dalla. O senador nomeou seu próprio filho”, disse. Entre os admitidos sem concurso, constam, informou o advogado, a filha do Deputado Flávio Marcílio (PDS-CE), a mulher do Deputado Prisco Viana (PDS-BA), o filho do Senador Aderbal Jurema (PDS-PE), a esposa do Senador Albano Franco (PFL-SE), o cunhado do Senador Marco Maciel (PFL-PE), o filho do Ministro Jarbas Passarinho, quase toda a família de um ex-prefeito de Vitória, Rudy Mauro, parentes do Deputado Pedro Ciollin (PDS-ES), filhas e genros do falecido Senador Mariz e parentes do ex-senador Eurico Resende.

“Imoralidade”

“Essa lista de agraciados é enorme, todos com ordenados acima de Cr\$ 7 milhões 500 mil”, disse o advogado. Ressaltou que, para deferir a liminar, o juiz verificou que houve desrespeito à Constituição, ao Decreto-Lei 200, à Lei 1.711 (E (Estatuto do funcionalismo público) e à lei 4.717, de 1965, que “anula todos esses atos lesivos ao patrimônio público e revestidos de imoralidade administrativa”, segundo o advogado.

Em resposta à acusação de Moacyr Dalla de que o advogado Jonas Candeia teria sido demitido do cargo de juiz, em Vitória, por corrupção, Pedro Calmon declarou que “ele (Dalla) agora está tentando fazer uma campanha de desmoralização contra nós, os advogados autores da ação popular, através de matéria paga nos jornais de Brasília”. Calmon garantiu que Jonas Candeia pediu demissão do cargo de juiz, há mais de 15 anos, para advogar.